

IV Seminário da Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisas sobre Educação Profissional e Tecnológica IV Seminário ProfEPT IFRS

As (contra)reformas nas políticas educacionais no Brasil e seus
impactos na Educação Profissional e Tecnológica

28 a 30 de Agosto de 2023

OS SENTIDOS DO TRABALHO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Um estudo a partir do IFRS

Mário Augusto Correia San Segundo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Restinga

Eixo Temático: Trabalho, Educação e Currículo Integrado

Palavras-chave: Educação Profissional; Trabalho e Educação; Institutos Federais; Sentidos do Trabalho; Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

No texto a seguir apresento parte dos resultados da minha pesquisa de doutorado, de mesmo título, que focou as relações entre trabalho e educação a partir do estudo sobre os sentidos do trabalho na educação profissional. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos institucionais e de entrevistas de dirigentes de ensino dos cinco *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), situados na região metropolitana de Porto Alegre.

Na pesquisa, os Institutos Federais (IFs) foram entendidos como a confluência de lutas de educadores(as) e de uma tradição de formulação teórica sobre Educação Profissional no Brasil, vinculada ao materialismo histórico e dialético, que encontraram a possibilidade de realização a partir de um espaço institucional e de políticas de Estado. O projeto político pedagógico inicial dos IFs apontou para elementos de uma educação contra-hegemônica, com o trabalho como princípio educativo e a pesquisa e extensão como princípios pedagógicos. Essa orientação parte principalmente da influência teórica da educação politécnica dos educadores soviéticos e da escola unitária do trabalho proposta por Gramsci. No entanto, é inegável que as mediações com o período histórico hegemônico pelas lógicas do capital e a releitura da política pública pelos mais de 80 mil educadores(as) que atuam na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), também levaram os IFs a reproduzir as lógicas de mercado e consequentemente, do trabalho humano como mais uma mercadoria, e é neste debate que situa-se a pesquisa que realizei.

O objetivo principal da pesquisa foi de contribuir com a discussão de como os sentidos atribuídos ao trabalho humano repercutem na construção da educação profissional. Deste, derivou a principal pergunta da pesquisa, sobre quais são os sentidos que os(as) educadores(as) que atuam no IFRS atribuem ao trabalho humano na educação profissional implementada nos IFs.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Quanto às referências teóricas e metodológicas, lancei mão, principalmente, daquelas vinculadas ao materialismo histórico e dialético oriundas do “método da economia política” que Karl Marx (2007, 2008, 2017) e Friedrich Engels (2007) formularam para compreender a sociedade burguesa e o modo de produção capitalista. A partir delas, busquei a identificação de categorias fundamentais para a realização da análise do meu objeto de pesquisa, através do levantamento, da descrição e da classificação das fontes, portanto aparência, seguido da crítica, a fim de atingir uma aproximação da essência do objeto de pesquisa.

Para além das categorias trabalho e educação profissional, das quais parti, me deparei ao estudar o objeto, com outras, que foram fundamentais para a análise, como por exemplo, totalidade, contradições internas, externas e luta de classes, com suas devidas mediações no cotidiano de uma instituição educacional.

Para proceder as análises, também tratei de conceitos teóricos, tais quais: trabalho na contemporaneidade (ANTUNES, 2009, 2018) educação integral (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012), politecnia (PISTRAK 2011; SHULGIN 2013; SAVIANI 2003; GRAMSCI 1982), trabalho como princípio educativo (KUENZER 2009; SAVIANI, 2007) e neoliberalismo (DARDOT, LAVAL, 2016).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optei por uma pesquisa de caráter qualitativa a partir da utilização de dois tipos de fontes: entrevistas semiestruturadas com informantes-chave e análise de documentos institucionais, do próprio IFRS.

O critério para escolha dos(as) nove dirigentes de ensino como participantes da pesquisa, foi a possibilidade destes de fornecerem dados mais globais sobre o objeto, com base nas informações das quais têm que se apropriar para o exercício das suas funções. Os(As) servidores(as) que exercem as atividades de direção e coordenação de ensino nos *campi* estão em espaços privilegiados de circulação de conteúdos que subsidiam decisões, boa parte delas diretamente ligadas ao direcionamento da instituição no que diz respeito às relações entre educação e trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a análise dos documentos institucionais do IFRS, percebi que o trabalho humano é categoria muito presente nos processos cotidianos de implementação das políticas de ensino na instituição, uma vez que suas resoluções institucionais trazem orientações bastante nítidas de uma opção político-pedagógica, que são alinhadas com as orientações fundantes da RFEPCT. Assim, o trabalho humano nas resoluções do IFRS, é majoritariamente entendido em seu sentido ontológico e histórico, que transcende às relações sociais capitalistas de produção e reprodução da vida.

No entanto, com a análise das entrevistas aos dirigentes de ensino do IFRS, pude entender que, em diversas situações nas quais o tema trabalho é abordado, este refere-se às suas relações com o mercado de trabalho, em suas formas assalariadas e de uma educação profissional com referência na empregabilidade dos estudantes, principalmente na condição de subordinados em empresas, em postos de trabalho convencionais e muitas vezes precarizados.

Percebi que a influência do tempo histórico em que vivemos, no qual a razão neoliberal é dominante (DARDOT, LAVAL, 2016), associado ao vazio de discussões institucionais sobre o tema do trabalho e educação, abre espaço para a circulação de conceitos de senso comum sobre o tema, que, neste período, tendem a reproduzir as lógicas do capital.

Outro elemento relevante para o não atendimento da perspectiva de uma educação profissional integral e politécnica, é que ao compreender as relações de disputas no cotidiano de trabalho a partir da categoria de luta de classes, pode perceber a existência de dois grupos de educadores(as) com projetos distintos de educação profissional em confronto, no qual parte dos(as) educadores(as) que atuam no IF não implementam a política de educação profissional prevista nos documentos institucionais.

Um grupo de educadores é vinculado a uma perspectiva contra-hegemônica de sociedade e mundo do trabalho, na qual os(as) trabalhadores(as) e o enfrentamento e superação das desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais são a referência, como aparece na missão institucional. Neste projeto, a educação profissional tem como perspectivas a educação integral, a politécnica, a omnilateralidade e o trabalho como princípio educativo.

No entanto, outro grupo de educadores naturaliza os vínculos da educação profissional às lógicas do mercado de trabalho, às relações assalariadas, de empregabilidade convencional em vagas de emprego já instaladas. Trata-se, pois, de projeto educacional bastante associado à razão neoliberal, às políticas de modernização conservadora e à visão de mercantilização da educação.

Quanto aos sentidos do trabalho humano para estes dois projetos, pode-se inferir que, para o primeiro, o trabalho humano é visto em seu sentido ontológico e histórico, como intervenção humana na natureza para que se produza o necessário para a sobrevivência, produção e reprodução social da vida.

Esse sentido, por sua vez, está alinhado às elaborações de uma educação profissional integral, politécnica, omnilateral, do trabalho como princípio educativo, que são posições político-pedagógicas que, apesar de não serem iguais entre si, representam, de forma geral, as ideias de um setor da sociedade que entende a educação como mais uma das ações de intervenção na realidade para superação da sociedade de classes. Estas opções políticas também coincidem com as orientações institucionais do IFRS e da lei de criação dos IFs, sobre a política de ensino.

No segundo projeto, o sentido do trabalho é o da sua forma enquanto mercadoria, o que conseqüentemente coloca o(a) trabalhador(a) apenas na condição de portador da força de trabalho para venda. Por esta lógica, a educação profissional é pensada como a formação do(a) trabalhador(a) com o objetivo de o empregar no mercado; já o ensino é mais um insumo, direcionado para agregar valor a força de trabalho deste estudante, lhe dando acesso a conhecimentos técnicos, construindo assim uma mercadoria com mais valor agregado, para ser vendida no mercado de trabalho. Fica, assim, nítido, um antagonismo entre o sentido do trabalho omnilateral da educação integral e politécnica e o sentido do trabalho enquanto mercadoria.

Assim, entendo que uma educação profissional que parte do pressuposto de que seu papel é agregar valor à mercadoria trabalho, voltada para a formação do(a) estudante/trabalhador(a) a fim de atender demandas de mercado, auxilia diretamente na reprodução do modo de produção capitalista, da sociedade dividida em classes, das desigualdades e da dualidade estrutural da educação.

Porém, é importante observar que estas concepções de educação profissional não são representadas ou efetivadas por grupos monolíticos, bem delimitados e sem contradições internas. Exceto por um grupo reduzido de intelectuais orgânicos das posições políticas de ambos lados, certamente há uma zona cinzenta, e é nesta que reside a boa discussão e disputas sobre os rumos que a educação profissional deve tomar nos IFs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destas constatações sobre a essência do objeto e suas consequências para a educação profissional, a tese principal da pesquisa é que as políticas de educação profissional contra-hegemônicas elaboradas no IFRS, defendida e implementada por parte dos seus(suas) educadores(as), e em consonância com os objetivos para os quais os IFs foram criados, encontra-se em disputa por um grupo de educadores(as) do próprio IF que defende, ou acaba por reproduzir, posições político-pedagógicas nas quais o sentido do trabalho é entendido meramente enquanto mais uma mercadoria. Tal formulação subordina a educação profissional às lógicas de mercado, alterando as relações da instituição com o mundo do trabalho, a formação dos(as) estudantes e as ações de ensino, pesquisa e extensão, sem que o tema tenha sido discutido e aprovado em nenhuma instância democrática representativa. Esta posição, por sua vez, se choca frontalmente com a educação profissional em sua perspectiva politécnica ou de educação integral.

Avalio que, se os setores que naturalizam o trabalho como mercadoria venham a tornar-se hegemônicos no IFRS e politicamente dominantes no cotidiano de implementação de suas políticas, o projeto político-pedagógico contra-hegemônico para os quais os IFs foram criados corre o risco de perder-se por dentro, derrotado por uma educação profissional subordinada às políticas de mercantilização e a nova razão neoliberal, representando, portanto, um investimento de recursos públicos estatais para a implementação de lógicas que reproduzem desigualdades sociais, ao invés de superá-las.

Fica evidente, então, que para aqueles que defendem o direito à educação pública, gratuita, de qualidade, e uma educação profissional com a politécnica como horizonte teórico, o processo de resistência e de reafirmação dos IFs como espaço de construção de uma educação profissional contra-hegemônica se faz mais necessário que nunca.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços digitais. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.) **Ensino médio integrado**. Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2012.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- KUENZER, Acacia Z. **Pedagogia da fábrica**. As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- SAVIANI, D. O choque teórico da politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**, 2003. v. 1, n. 1, p. 131–152.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, 2007. v. 12, n. 34, p. 152–165.
- SHULGIN, Viktor N. **Rumo ao politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.